

O massacre de Pacheco Fernandes Dantas em 1959: memória dos trabalhadores da construção civil de Brasília

Nair Heloisa Bicalho de Sousa ¹

Resumen:

A construção de Brasília foi um marco na história do Brasil, configurada como meta-síntese da proposta desenvolvimentista do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1960). Os construtores de Brasília eram migrantes do nordeste brasileiro, parte deles oriundos de região afetada pela seca, que procuraram trabalho para garantir a sobrevivência. No início de 1957, momento de início da obra da nova capital, eles eram em torno de 3 000 operários, e em abril de 1960, momento da inauguração, eles tinham alcançado aproximadamente 40 000 pessoas. A experiência de trabalho era extenuante: jornada de 14 a 18 horas diárias, num processo de revezamento contínuo, de modo que a obra nunca ficasse paralisada. Os trabalhadores moravam em acampamentos das empresas construtoras, fortemente vigiados e cujas cantinas (restaurantes) eram alvo de frequentes reclamações devido à qualidade da comida (SOUSA, 1983).

Em fevereiro de 1959, os operários reclamaram da comida servida no jantar e realizaram um quebra-quebra na cantina da empresa Pacheco Fernandes Dantas. Convocada pela gerência da obra, a Guarda Especial de Brasília tentou reprimir os trabalhadores mas foi obrigada a recuar devido à resistência dos operários. Tarde da noite, os policiais voltaram com reforço e metralharam os trabalhadores nos alojamentos onde dormiam. Os corpos foram recolhidos e enterrados em local desconhecido. O inquérito aberto para apuração dos fatos foi arquivado, sem resultar na identificação dos culpados pelo massacre.

O objetivo deste trabalho é a reconstrução da memória deste fato histórico que foi ocultado na história oficial de Brasília. Deixado no esquecimento pelos governantes, urge recuperar este fato importante pertencente às memórias subterrâneas (POLLACK, 1989: 4) para a construção da identidade coletiva dos trabalhadores da construção civil de Brasília. Memória e identidade (POLLACK, 1992: 204) são elementos articulados no processo de construção da história dos vencidos, contendo tensões e conflitos internos ao grupo social.

As lembranças do massacre ficaram contidas no silêncio do discurso oficial e nas redes de sociabilidade afetiva dos operários, sem ganhar o espaço público capaz de dar visibilidade à verdade e à necessidade de justiça. Daí a proposta de reconstrução dessas lembranças como memória coletiva (HALBWACHS, 1990: 71), capaz de dar voz aos trabalhadores da construção civil de Brasília.

A metodologia escolhida envolve duas vertentes: a história oral (CAMARGO, 1976 e 1981) e os jornais de diversos estados brasileiros que registraram este acontecimento. A combinação destas duas fontes de coleta de dados permitirá tratar este objeto de estudo de modo a reconstitui-lo como parte de uma realidade complexa e não-linear.

¹ Professora da Universidade de Brasília e coordenadora do Núcleo de Estudos para a Paz e os Direitos Humanos (NEP) do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM). Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Autora dos livros *Construtores de Brasília* (Ed. Vozes, Petrópolis, 1983), *Trabalhadores pobres e cidadania: a experiência da exclusão e da rebeldia na construção civil* (EDUFU, Uberlândia, 2007) e co-organizadora de diversos livros.

O massacre de Pacheco Fernandes Dantas em 1959: memória dos trabalhadores da construção civil de Brasília

INTRODUÇÃO

A história da construção de Brasília está sendo contada passo a passo, a partir das investigações que vem sendo feitas em diversas áreas do conhecimento científico, da produção literária e artística, especialmente no Distrito Federal.

O massacre dos operários da construção civil no acampamento da construtora Pacheco Fernandes Dantas no carnaval de 1959, ignorado pela história oficial da cidade, tem seu registro sendo reconstruído por meio da história oral que tem permitido a elaboração de documentos escritos a partir dos depoimentos de pessoas que participaram diretamente do processo de construção da nova capital² e de um filme documentário (Conterrâneos velhos de guerra) do laureado cineasta Wladimir Carvalho.

O objetivo deste trabalho é dar visibilidade histórica ao episódio do massacre, utilizando depoimentos de operários e outros profissionais que vivenciaram este trágico acontecimento, as matérias publicadas em jornais nacionais e regionais da época e a produção artística selecionada. Parece relevante registrar para as futuras gerações candangas (brasilienses), a memória da construção da cidade feita de relatos dos que vivenciaram este momento trágico de sua história, somada ao sofrimento cotidiano da vida operária, foi resgatada em levantamento histórico e pesquisa de campo realizados pela autora em 1978.

MEMÓRIA E HISTÓRIA: A MEMÓRIA DOS CANDANGOS VERSUS O ESQUECIMENTO DA HISTÓRIA OFICIAL

As **lembranças** estão relacionadas aos indivíduos ou a um acontecimento determinado, cujas versões são elaboradas por membros de um determinado grupo social. Para Halbwachs (1990: 71), em torno das lembranças são construídos significados históricos. Assim a lembrança enquanto “reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente”, é elaborada por um sujeito individual ou grupal por meio de uma busca das lembranças como um movimento contínuo.

Neste prisma, podemos pensar em **dois tipos de memória**: a autobiográfica, que corresponde às experiências pessoais em sociedade e a coletiva, traduzida como uma história socialmente vivida. No caso da segunda, cabe estabelecer uma relação entre grupo social e memória, uma vez que a participação dos indivíduos em grupos relacionados aos acontecimentos presentes em seu passado, permite a renovação e a complementação das lembranças individuais.

Para Halbwachs (1990: 75), a memória ganha e se enriquece com os novos quadros elaborados por outras pessoas sobre os fatos vividos individualmente, pois é impossível duas pessoas “que viram o mesmo fato, quando o narram algum tempo depois o reproduzam com traços idênticos”. Deste prisma, a memória é formada pelos acontecimentos vivenciados individualmente e aqueles vividos pelo grupo ou

² Programa de História Oral do Arquivo Público do D. F.

coletividade, cujo papel é reforçar e/ou completar as lacunas das lembranças das pessoas.

Segundo o autor, a **memória coletiva** é formada pelas lembranças dispersas na sociedade que reafirmam a identidade dos grupos e a sua coesão social. Tendo em vista que a memória é seletiva, ela volta no tempo, sofre transformações ao longo da vida das pessoas, ou seja, é uma memória em permanente reconstrução, pois o tempo da memória é social.

Pollack (1989) lembra que Halbwachs estabelece diferentes pontos estruturantes na configuração da memória coletiva: a hierarquização, a classificação, o sentimento de pertencimento, as fronteiras sócio-culturais, a coesão social, a constituição de uma comunidade afetiva, cabendo uma negociação conciliadora entre memória individual e coletiva. Nesta perspectiva, a abordagem de Halbwachs aponta elementos de ordem psicológica, social e cultural, constituindo um quadro referencial precioso para tratar a natureza da memória coletiva.

Nesse sentido, a memória coletiva é uma corrente de pensamento contínuo, que retém do passado aquilo que está vivo ou em condições de viver na consciência de um determinado grupo social. Assim, ela não possui linhas de separação demarcadas com clareza, mas “ limites irregulares e incertos” (p.84), tendo por suporte um grupo delimitado pelo espaço e tempo que guarda a lembrança dos acontecimentos vividos.

Para o autor (POLLACK, 1989), pode-se falar em quadros coletivos da memória , constituídos por correntes de pensamento e experiências que permitem reencontrar o passado articulado por determinados hábitos, lugares e sentimentos, dentre outros. Isto remete à **memória coletiva como multiplicidade de memórias**, construídas por diferentes grupos sociais formados nas experiências vivenciadas com a família, a escola, o trabalho, a religião, a política dentre outras , cada um com sua história e identidade, produzindo imagens e sentimentos dos fatos que tendem de certo modo a serem perpetuados, uma vez que o caráter próprio e distinto de cada grupo muda pouco.

Desse modo, a memória coletiva está relacionada a cada grupo visto de dentro e durante um período que não vai além da média da vida humana, voltado para a construção de um quadro de si mesmo que reconhece dentro de imagens sucessivas. Pode-se visualizar a constituição de um “quadro de analogias”, cuja atenção está fixada no grupo e as mudanças aparentes em andamento, à medida em que seu papel tem o mesmo conteúdo, ou seja, os diversos traços fundamentais do próprio grupo. Cada um apresenta certas características que o diferenciam dos demais, à medida em que expressam o seu conteúdo.

Para Le Goff (1990), a memória coletiva faz parte “ das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em via de desenvolvimento, das classes dominante e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção”. Nesta esfera de poder, muitas vezes ocorre a manipulação da memória, favorecendo a cristalização de tradições desenraizadas das suas origens populares e sustentadoras de práticas de exercício do poder desligadas dos processos reais das lutas das classes subalternas.

Este autor articula memória, classes sociais e poder, mostrando como a memória coletiva “não é somente uma conquista, é também um instrumento e objetivo de poder. São as sociedades cuja memória coletiva é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória”.

Le Goff (1990) trata a memória coletiva nas sociedades e referida ao campo das classes sociais (dominantes e dominadas), destacando o jogo das forças sociais pelo poder que ela desencadeia, à medida em que os indivíduos, os grupos sociais e as classes sociais são os senhores da memória e do esquecimento, sendo os silêncios da história mecanismos de manipulação da memória coletiva.

Para Pollack (1989: 11), as memórias coletivas “são impostas e defendidas por um trabalho especializado de enquadramento sem serem o único fator aglutinador, são realmente um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais da sociedade. O denominador comum de todas essas memórias, mas também as tensões entre elas intervêm na definição do consenso social e dos conflitos num determinado momento conjuntural”.

Ele destaca (1989: 3 e 5) a importância de **memórias subterrâneas** das culturas minoritárias ou dominadas que se contrapõem à **memória oficial** que afloram em momentos de crise, em sobressaltos bruscos e exacerbados”. De fato, o autor admite a existência de competição e conflito entre as memórias “uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público e reivindicações múltiplas dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória”.

Pollack (1989) destaca nesta direção o embate existente entre a memória oficial e as memórias subterrâneas, sendo as últimas sufocadas pela história oficial que distorce e esconde o seu significado real. Em determinados momentos históricos, estas memórias invadem o espaço público com múltiplas reivindicações que demarcam uma arena de luta no campo da memória.

Ao definir a memória como constituída por alguns elementos invariantes e imutáveis e outros modificados pela fala ou pelos interlocutores, Pollack (1992) define a esfera das pessoas, personagens e lugares como critérios significativos que, junto com o caráter seletivo da memória, compõem um fenômeno que é reconstruído. O contraponto é o silêncio sobre o passado, usado como resistência aos desmandos da esfera do poder motivada com este propósito, porém, a memória passa a ser transmitida no espaço da família, das associações civis e redes de sociabilidade afetiva ou política. As lembranças proibidas passam a ser zeladas por essas organizações informais, pautadas na angústia de não ter uma escuta e ao mesmo tempo, correr o risco de punição.

Esta interação entre o vivido, o aprendido e o transmitido vai rerepresentando o passado com o olhar de um presente demarcado pelas possibilidades históricas. As memórias coletivas voltadas para um passado que se busca salvaguardar cumprem assim duas funções essenciais: a coesão interna e a defesa das fronteiras comuns ao grupo. Cada uma delas responde a aspectos essenciais, à medida em que está em jogo na memória o sentido da identidade individual e do grupo.

Para resgatar as memórias subterrâneas presentes em uma determinada sociedade, torna-se necessário utilizar a **história oral** como um instrumento fundamental para reconstruir o passado a partir das memórias individuais, onde cada pessoa busca lidar com as “tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais”. Aí se torna possível recuperar o silêncio, ao dar voz e trajetória às imagens e sentimentos vivenciados outrora, ainda não conhecidos no presente.

Cabe lembrar a dificuldade para resgatar as “memórias subterrâneas”, sufocadas por uma história oficial que distorce e esconde o seu significado real. Pollack (1989) destaca a relevância da história oral para reconstruir esta história oculta, dando espaço para ela através de registros dos discursos e práticas dos grupos sociais “vencidos”.

Camargo (1976: 1 e 2) através de sua longa experiência em pesquisa, reafirma o papel da “história reconstruída pela comunicação falada” por meio da qual “a gravação e o processamento de um conjunto de depoimentos de atores ou testemunhas de fenômenos sociais (...) cujos registros se perderia pela carência ou insuficiência de fontes históricas alternativas” (CAMARGO 1981: 19).

O período de coleta de dados do **levantamento histórico** ocorreu entre fevereiro e julho de 1978, incluindo 36 entrevistas com a duração de duas a quatro horas, com roteiro incluindo os seguintes temas: construção de Brasília, situação de vida e trabalho dos operários da construção civil no período 1956-1960, problemas político-econômicos e manifestações políticas do período 1956-1964, papel dos parlamentares na cidade e das organizações de classe de Brasília, com destaque para a associação profissional e o sindicato dos trabalhadores da construção civil. Os entrevistados foram 36 pessoas, sendo 7 líderes sindicais e de associação de classe, 9 operários da construção civil, 5 moradores de cidades satélites, 5 profissionais de diversas categorias, 8 funcionários do Governo do Distrito Federal e 2 parlamentares.

Foi realizada também uma **pesquisa de campo** com 35 operários de três canteiros de obra de Brasília, sendo 12 auxiliares e 23 profissionais da construção civil com maior experiência de trabalho na cidade. Foi elaborado um roteiro de entrevista versando sobre o processo, a jornada e o contrato de trabalho; identidade e diferença entre os agentes produtivos e entre os trabalhadores da construção civil e outros setores sociais; os conflitos e tensões existentes nos canteiros de obra, além das condições de reprodução social (alimentação, transporte, moradia, saúde e segurança no trabalho) e de experiências vivenciadas em sindicato e partido e, por último, a percepção das gestões dos governos federais do período 1956-1964. As entrevistas gravadas variaram de uma hora e meia a três horas de duração. Os resultados deste trabalho empírico foram publicados no livro “Construtores de Brasília” de minha autoria em 1983.

As fontes primárias utilizadas neste trabalho incluem também as atas das assembleias gerais do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção e do Mobiliário de Brasília e os jornais Binômio, Belo Horizonte, MG; Última Hora (UH), Rio de Janeiro; A Notícia (NA) Rio de Janeiro; Correio da Manhã (CM) Rio de Janeiro; Diário de Pernambuco (DP), Recife; Jornal do Commercio (JC), Rio de Janeiro; O Globo (GL), Rio de Janeiro; Tribuna da Imprensa (TI), Rio de Janeiro; O Estado de S. Paulo (ES), São Paulo e Jornal do Brasil (JB), Rio de Janeiro e O Popular de Goiânia.

CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO DOS CONSTRUTORES DE BRASÍLIA

Brasília constitui um projeto desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek de Oliveira, cujo objetivo era constituir um pólo entre o centro industrial da região sudeste e as áreas do centro oeste e da Amazônia, ainda pouco incorporadas ao processo capitalista. Tendo sido iniciado um novo momento da industrialização do país neste governo, tornava-se necessário expandir as frentes de acumulação e do mercado interno, junto com uma nova infra-estrutura em condições de garantir a nova dinâmica econômica.

Nesta perspectiva, a nova orientação governamental colocava o Estado como instrumento de uma política econômica voltada para alcançar um crescimento acelerado da economia, a partir de um processo crescente de internacionalização. Esta política de apoio ao setor privado internacional e à indústria de bens de capital foi reforçada por investimentos públicos nas áreas de infra-estrutura e da indústria de base (indústria pesada, de material elétrico e automobilística). Brasília configurava portanto, a meta-síntese do projeto desenvolvimentista, combinando a proposta de desenvolvimento com a de integração nacional (IANNI, 1971).

Dentro deste cenário econômico teve início a construção da nova capital. Ao nível político, as forças divergentes estruturavam um movimento de permanência da capital no Rio de Janeiro, que se tornou conhecido após a inauguração de Brasília como movimento de retorno da capital para o Rio de Janeiro. Neste contexto de controvérsias em relação à mudança da capital do país, o setor militar conservador também se mobilizou duas vezes, na tentativa de pressionar o governo de Juscelino a ceder diante de suas reivindicações. Como a estabilidade econômica garantia as negociações salariais, os conflitos do mundo do trabalho podiam ser mediados, garantindo assim um patamar de salários razoável para a classe trabalhadora e os servidores públicos civis e militares (BENEVIDES, 1976).

A construção de Brasília tem início em 1957, com o trabalho dos operários³ responsáveis pela terraplenagem e fundações. Em geral, eles vinham sem família e o Instituto Nacional de Imigração e Colonização encarregava-se da seleção dos trabalhadores para serem encaminhados aos canteiros de obra, onde eram colocados em alojamentos com cantinas para servir as refeições diárias. As famílias chegaram depois e foram se acomodando em favelas próximas aos acampamentos e à Cidade Livre (SOUSA, 1983: 32-34).

Depoimentos operários registram jornadas de trabalho de 14 a 18 horas diárias, num ritmo incansável de turmas que se revezavam de dia e de noite. Havia também a prática de “viradas”⁴ e “serão”⁵ que se somavam aos domingos e feriados, ocasião em que os trabalhadores faziam horas extras.

Quando eu trabalhei na (construtora Y) eu fazia três viradas por semana (...) entrava segunda-feira sete horas, trabalhava

³ Candangos foi a denominação dada aos operários que construíram Brasília.

⁴ Trabalho durante o dia e à noite que alcançava um total de jornada de 24 horas durante três dias da semana.

⁵ Trabalho durante todo o dia e até à meia noite.

o dia e à noite de segunda para terça. Então, na terça eu dormia o dia e de noite entrava outra vez. Da terça para quarta trabalhava a noite e o dia (...) Aí eu ia folgar outra vez de noite da quarta para quinta. Quando era sexta-feira eu entrava de manhã e trabalhava sexta à noite até sábado. Sábado a gente recebia uma mixaria e ia descansar”. (SOUSA, 1983: 35-36)

Joffily (1977: 49) confirma em seu livro o excesso de horas trabalhadas: “a partir de 1958 esta imigração (de trabalhadores vindos principalmente do nordeste do Brasil) foi se transformando em verdadeira corrida, pois os salários eram duplicados pelo acréscimo de horas extraordinárias, fornecendo ainda alojamento e ‘bóia’ (comida)”. Este registro de Joffily permite inferir que à medida em que se aproximava a data de inauguração de Brasília (21 de abril de 1960) as jornadas de trabalho se intensificavam e os riscos de acidente de trabalho iam subindo de forma expressiva.

As condições de vida nos acampamentos das empresas construtoras também eram precárias. Os galpões possuíam dez a quinze quartos com beliches de dois a três andares. Os sanitários era um buraco cavado no chão ou protegidos com uma porta de lona e o acampamento também tinha problema de falta de água. As camas tinham colchões de capim e predominava enorme falta de higiene: pulgas, percevejos e piolhos se espalhavam pelo ambiente, sendo necessário diversas vezes queimar os colchões . As cantinas (restaurantes) tinham longas filas devido ao grande número de operários dos alojamentos, o que deixava trabalhadores famintos esperar muito tempo para o café, almoço ou jantar. Esta situação de desconforto e privação resultava inúmeras vezes em quebras das cantinas por motivo da comida crua, estragada ou com pequenos animais mortos dentro dela. Nessas ocasiões, a polícia era chamada pela direção da empresa para “por ordem” no acampamento. Daí se seguiram inúmeros episódios repressivos que resultavam em espancamentos e prisões de operários (SOUSA, 1983: 36-37)

O MASSACRE DOS TRABALHADORES DA CONSTRUTORA PACHECO FERNANDES DANTAS EM 1959 : VERSÕES E CONTROVÉRSIAS

Neste cenário de trabalho intenso na construção da nova capital, uma instituição policial de caráter paramilitar ganha proeminência: a Guarda Especial de Brasília. Criada pelo Departamento Regional de Polícia de Brasília (DRPB) que absorveu a Guarda Policial e a Guarda Rural da Novacap, estava subordinada à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, mas suas despesas de ordem material e pessoal estavam a cargo da Novacap, a companhia responsável pela construção de Brasília.

A GEB tinha “a missão repressiva na área das obras, dos acampamentos e da Cidade Livre, garantindo o intenso ritmo de trabalho, vigiando para que os candangos não se desviassem de suas tarefas perdendo tempo ou entregando-se à ingestão imoderada de bebidas alcoólicas (combatida inclusive de forma violenta) e com as mulheres de zona de baixo meretrício (...) e também era “convocada” para debelar algum motim nos acampamentos, ocorridos quase sempre por motivo de alimentação” (TEIXEIRA, 1996: 41) ⁶.

⁶ A Cidade Livre , hoje Núcleo Bandeirante, cidade-satélite do DF, era o único centro urbano existente com comércio, serviços diversos e hospital. Também abrigava uma zona de meretrício com centenas de prostitutas que eram visitadas pelos operários da construção de Brasília nos finais de semana.

Esta versão de Teixeira se complementa com a de Jofilly (1977: 52) ao tratar do perfil dos policiais que integravam esta unidade de segurança local:

“...uma espécie de grupo de segurança ou guarda policial, infundindo mais temor do que respeito. Era comandada por um general reformado e alguns oficiais militares, atuando, de fato, pela orientação rotineira de alguns delegados ou comissários vindos das polícias de Minas Gerais e Goiás. Os praças eram escolhidos entre os candangos de maior porte e alguns ferozes elementos da polícia goiana. De início, aproximadamente 300 homens (...) ficavam alojados em barracões de madeira próximo à Cidade Livre, local que se chamou VELHACAP”.

Este corpo policial responsável pela segurança da nova capital foi alvo de inúmeras denúncias⁷ envolvendo extorsões, abusos e violências (TEIXEIRA, 1996: 42), cuja ação estava em consonância com os interesses das autoridades governamentais e das empresas construtoras, responsáveis em garantir o cumprimento da meta de inauguração de Brasília em 21 de abril de 1960.

O episódio do massacre dos operários está cercado por uma **série de versões** que se dividem em **dois eixos**: de um lado, os representantes do governo federal que afirmaram ter sido um episódio sem relevância, e somaram a eles as notícias publicadas dias após o acontecimento pelos grandes jornais do país, e de outro, os depoimentos de trabalhadores e profissionais de Brasília e as matérias publicadas pelos jornais Binômio de Belo Horizonte e O Popular de Goiânia.

A versão oficial deste trágico evento está contida no discurso de Lúcio Costa, arquiteto, autor do projeto urbano de Brasília: “(se tivesse sabido do massacre na época da construção) não teria dado a menor importância. Do ponto de vista da construção da cidade, isto é apenas um episódio, não tem a menor importância”⁸. Oscar Niemeyer, arquiteto, responsável pelos monumentos modernistas de Brasília, no filme “Conterrâneos velhos de guerra” de Wladimir Carvalho, ao ser perguntado sobre este episódio responde: “Não tive conhecimento disso”⁹. Esta falta de reconhecimento do labor operário intenso, cercado de riscos de acidentes de trabalho que ceifou a vida de centenas de trabalhadores entre 1957 e 1960¹⁰ e a postura de ignorar um fato de tal relevância para a história de Brasília faz parte do documento da história oficial da cidade. O próprio presidente Juscelino Kubitschek no seu livro *50 anos em 5* (1978: 354), além de não mencionar o episódio da Pacheco Fernandes Dantas relata que “a nova capital, apesar de sua tradição de operosidade, havia perdido um recorde: o de

⁷ “Inclusive a GEB tinha fama de ser constituída por pessoas despreparadas. Na maioria eram homens que haviam cometido crimes em suas terras de origem e vinham se esconder aqui. De fato, Goiás tinha naquele período, antes da inauguração de Brasília, uma certa fama de lugar para esconderijo. A GEB tinha fama de truculenta e violenta”. Depoimento de Jorge Frederico de Almeida Santos, jornalista de Brasília que entrevistou operários testemunhas do massacre da Pacheco Fernandes Dantas

⁸ Depoimento dado no filme documentário de Wladimir Carvalho denominado “Conterrâneos velhos de guerra” que colheu depoimentos sobre o massacre da Pacheco Fernandes Dantas junto a trabalhadores que construíram a cidade e vivenciaram este episódio em Brasília.

⁹ BICALHO, Nair. Uma elegia aos candangos: a outra face da história. In: CARVALHO, Wladimir. *Conterrâneos velhos de guerra: opinião da crítica e roteiro*. Brasília: GDF/Secretaria de Esporte e Cultura/Fundação Cultural, 1997.

¹⁰ Depoimentos de operários e profissionais a respeito dos acidentes de trabalho nos canteiros de obras durante a construção de Brasília registrados pelo Arquivo Público do D. F.

acidentes de trabalho. Somente 944 ocorrências simples, com um caso fatal, para a maior concentração obreira do mundo em 1960! “.

O presidente da NOVACAP Ernesto Silva, em depoimento ao Correio Braziliense em 27 de janeiro de 1994 também minimiza os efeitos do episódio: “O fato isolado e único ocorrido durante os três anos e meio da construção de Brasília decorreu de uma revolta de trabalhadores seguida de depredações dos alojamentos e repelida pela polícia .Da refrega houve apenas um morto ¹¹”.

Os grandes jornais nacionais também adotaram uma postura no sentido de minimizar os acontecimentos do domingo de carnaval . O destaque ficou com o número de mortos: O Jornal do Brasil (14/02/1959), A Notícia (13/02/1959) do Rio de Janeiro e O Estado de São Paulo (14/02/1959) registraram a ocorrência de uma morte , sustentados nas informações das autoridades da NOVACAP. Contudo, não puderam omitir o registro de feridos no plural , ainda que em número reduzido (2) no caso de A Notícia , 3 (Jornal do Brasil e Estado de S. Paulo). Com caráter contraditório ficam as informações sobre o número de policiais presos pelo comandante do 6º. Batalhão de Guardas, o coronel Osmar Dutra: O Estado de São Paulo (“ diversas prisões”) Jornal do Brasil (“mais de vinte presos”) e A Notícia (“prisão de 36 suspeitos”).

Para Nonato (2010 : 110 - 111) , “ o profissional de jornalismo se deparou, naquela época com um grande desafio: acompanhar, investigar, apurar e pesquisar o cotidiano de Brasília, visando cumprir o papel do jornalista de zelar pela divulgação de fatos verdadeiros, contudo, à distância (as coberturas presenciais eram feitas, muitas vezes a convite da presidência da República) e com dificuldades de acesso às fontes, já que a rede de telefonia no local só apareceu alguns dias antes da inauguração da capital federal. (...) O destaque dado pela imprensa ¹² foi superficial e insuficiente para elucidar minimamente a ocorrência. E o mais grave do ponto de vista jornalístico: careceu de exatidão”. Estas reflexões de Nonato são referências importantes para avaliar a precariedade do acesso às informações sobre os acontecimentos ocorridos em Brasília no período 1957-1960.

Contudo, a **versão popular narrada pelos trabalhadores conta outra história**. O relato de um carpinteiro entrevistado para minha pesquisa sobre os “Construtores de Brasília” é bastante elucidativo: “Esse dia eu passei pertinho, eu morava assim do outro lado, era no Paranoá ainda que eu morava (...) (No acampamento da construtora Pacheco Fernandes Dantas) tiveram uma confusão lá com a cantina, aí brigaram, um baiano brigou lá com um garçom, era cozinheiro. Acho que jogou um prato na cara do cara, né ? Então, arrumou aquela confusão Então, aí pegaram um bocado, botaram a polícia, veio parece que só dois. A turma juntou tudo, a polícia parece que correram, era pouco...aí foi todo mundo dormir, tudo bem. Quando foi na base de dez para onze hora, aí chegou o caminhão cheio (de soldados) que era da GEB. Aí desceram, já desceram e era no cacete (...) o que corresse eles atirava. O Evaristo

¹¹ Evaristo Soares Brandão do Piauí foi encontrado morto debaixo do alojamento, devido aos ferimentos à bala que sofrera durante à noite. Este foi o único corpo identificado no acampamento da construtora Pacheco Fernandes Dantas no dia seguinte ao massacre.

¹² O autor pesquisou as notícias publicadas sobre o massacre da construtora Pacheco Fernandes nos seguintes jornais: 1. Rio de Janeiro: a) Jornal do Brasil; b) Tribuna da Imprensa; c) O Globo; d) Jornal do Commercio; e) Última Hora; f) A Notícia e g) Correio da Manhã; 2. São Paulo: O Estado de S. Paulo; 3. Minas Gerais: O Binômio; 4. Pernambuco: Diário de Pernambuco.

mesmo era vizinho da gente lá no Piauí, esse morreu.(...) Os outros ninguém viu morto não.Só viu (caminhão) basculante banhado de sangue e ninguém sabe onde enterraram este povo”...

Eronildes Queiroz ¹³, servente de pedreiro que ajudava na cozinha do acampamento relembra: “Brasília não parava.Era dia e noite sem parar.Tinha turma que trabalhava de noite e a turma que trabalhava de dia (...) Além de trabalhar o dia inteiro, tinha que fazer café prá turma da obra com pão com manteiga até meia noite(...) (No dia do massacre) “o major que era comandante (...) mandou a turma entrar, fazer fila, todo mundo fazer fila para apanhar e quem corresse levava chumbo.Aí a turma coitada, a turma ficou tudo apavorado, começaram a correr.Aí quem não enfrentava a fila e corria, eles metiam fogo, metiam bala sem dó. (...) Teve nego que morreu na cama dormindo. Eles atiravam naqueles caras que estavam correndo, às vezes erravam.A bala pegava na tábua (...) matavam o cara que estava dormindo na cama, justamente aqueles caras que trabalhavam à noite inteira, que ia levantar para trabalhar novamente (...) Só sobrou um cadáver que foi um chefe de pedreiro (...) Ele recebeu uns balaços e se jogou debaixo do acampamento.Os acampamentos eram altos e eles (soldados) não viram, se esqueceram dele.Caçaram tudo, fizeram um apanhado e esqueceram desse que amanheceu o dia morto lá debaixo”.

Um outro profissional da construção civil que prestou seu depoimento no filme “Conterrâneos velhos de guerra” relata com os corpos foram recolhidos em caminhões-basculante e levados para serem enterrados : “ O caminhão levava, estes caminhões de caçamba, levavam e viravam assim os corpos, alguns ainda vivos, se mexendo. E um tratorzinho da Novacap aterrava, jogava terra em cima.O trator já ia tampando prá não deixar exposto. Na torre da televisão, em outros lugares também, mas ali eu vi de perto”.

Esses tres relatos testemunham a violência vivida no acampamento da Pacheco Fernandes Dantas naquele domingo de fevereiro de 1959.João Almino (2010) retrata em um dos personagens do seu romance *Cidade Livre*, o remorso de um policial profundamente abalado pela ação sangrenta daquela noite de carnaval ¹⁴. Ainda que os atos de violência de policiais contra os operários fossem parte da vida cotidiana dos trabalhadores, este fato trágico marcou definitivamente a história dos construtores de Brasília.

Após o massacre, o presidente da Associação dos Trabalhadores da Construção Civil e do Mobiliário, Heitor Silva, enviou telegrama às autoridades públicas federais (presidente da República, Ministro da Guerra e Câmara dos Deputados) com a seguinte mensagem: “Trabalhadores e povo de Brasília diante do monstruoso massacre praticado pela polícia local, assassinando operários indefesos da firma Pacheco Fernandes, trucidando nove trabalhadores, ferindo dezenas de outros operários, (...) altas horas da noite quando dormiam em seus alojamentos.Exigimos de V. Excelência instauração de

¹³ Depoimento dado ao Arquivo Público do Distrito Federal – Programa de História Oral em 1991.

¹⁴ Segundo Teixeira (1996), o cineasta Wladimir Carvalho em depoimento dado a ele relatou que “ seu Luís (operário entrevistado no filme documentário sobre o massacre) me conta que morou em Taguatinga vizinho a um velho cabo da GEB ‘ meio alienado da cabeça’, segundo suas palavras.À noite não dormia, tinha visões terríveis e os familiares tinham que amarrá-lo à cama.Tinha atirado sobre os candangos e não sofrera a mínima punição.O remorso o levava a uma situação desesperante.Acabou-se no delírio dos loucos, num hospital de indigentes chamando pelo nome de suas vítimas”.

rigoroso inquérito e punição dos culpados”. A partir deste episódio violento, os operários da construção civil se aglutinaram em torno da associação profissional em busca de seus direitos, fortalecendo a entidade e contribuindo para transformá-la em sindicato em julho de 1959.

A versão de *O Binômio*¹⁵ (Belo Horizonte) de 16/02/1959, o único jornal a enviar a Brasília um reporter e um fotógrafo para cobrir o caso, trata o episódio com uma narrativa chocante: “início da tarde de domingo (dia 8 de fevereiro de 1959) quando alguns operários reclamaram da péssima qualidade da comida e a falta (constante de água). A reclamação foi logo apoiada pela maioria dos trabalhadores, o que levou o chefe de obras a solicitar a “Polícia da NOVACAP” para “exemplar os recalcitrantes”. Em poucos minutos chegava uma “batida” (quatro guardas) chefiados pelo “inspetor” Pimentel , que efetuou a prisão de dois operários. A selvageria dos policiais que começaram a espancar os trabalhadores foi o que motivou os graves acontecimentos. Vendo seus colegas agredidos a “casse-tête”, os operários reagiram e impediram a prisão. Os guardas se retiraram e tudo levava a crer que o incidente estava encerrado. A polícia que já havia cometido uma violência (invasão de domicílio), voltaria para a vingança”.

O jornal *O Popular* de Goiânia em 10/2/1959 publicou a manchete “ Massacre policial: sangue de operários jorrou em Brasília” e descreveu o fato da seguinte maneira: “Verdadeiro pandemônio estabeleceu-se em Brasília no domingo último, quando terrível massacre foi feito pela polícia, tendo como consequência a morte de 9 operários, ficando mais de 60 feridos, alguns em estado gravíssimo. Em vista deste fato, 1 300 operários deflagraram greve e afirmam que somente voltarão ao trabalho depois da prisão de todos os policiais envolvidos”. Mais adiante complementa: “às 23:30h chegava ao local um contingente policial composto de 60 homens armados de metralhadoras. No mesmo ritmo em que desciam de seu veículo, os milicianos, sem ao menos tomar conhecimento do que sucedia, foram disparando suas armas contra a multidão de operários”.

Ainda que os relatos jornalísticos apresentados anteriormente possam pecar por exagero por motivos diversos, depoimentos de outros profissionais, inclusive estudiosos da questão, reforçam o caráter trágico do episódio. O jornalista Jorge Frederico de Almeida Santos conversou com operários da Pacheco e em depoimento a outro profissional de jornalismo sobre o episódio do massacre ¹⁶ afirma : “A GEB tinha fama de truculenta e violenta (...) Quando eles chegaram (...) o ambiente dentro da Pacheco era absolutamente outro, (...) (es)tava tudo sossegado, quieto. Os operários me contaram que naquele momento eles jogavam damas, lavavam roupas, escreviam cartas para a família ou então apenas conversavam entre eles. (...) Os caras da GEB quando viram tudo sossegado e parado interpretaram como uma cilada e abriram fogo. O acampamento era de tábua. Aí não precisa contar muito. As balas vararam as tábuas. E depois de alguns minutos de tiroteio, carga firme em cima do acampamento, eles fizeram um corredor polonês, colocaram policiais de um lado e do outro e obrigaram os operários a passarem no meio, não sem aplicar umas cacetadas. E a parte final da história: os próprios operários carregaram os mortos e feridos e colocaram no basculante de dois

¹⁵ Jornal de oposição política ao presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

¹⁶ Disponível no site do Google sob o título “ Massacre da Pacheco Fernandes Dantas “ acessado em 5/8/2011.

caminhões.E desapareceram...Inclusive os motoristas que foram conduzindo estes caminhões teriam morrido também, de acordo com a versão que ouvi dos operários”.

Um ponto polêmico está em torno do número de mortos: os grandes jornais registram 1 a 2, conforme apontado acima, outros jornais falam em 9 ¹⁷, mas depoimentos de trabalhadores da época e de Jorge Santos vai muito além. No caso deste último, ele afirma : “ Eu insisti com cada pessoa com quem conversei sobre o número de vítimas.Nenhum dos operários falou em menos de 50.Houve quem estimasse 120.Mas para mim, o dado convincente foi o seguinte: apareceram cerca de 93 malas sem dono dentro do acampamento no dia seguinte.São pessoas extremamente humildes, que não tinham porque deixar seus pertences”.

Os depoimentos operários e de outros profissionais somados às matérias dos jornais O Binômio e O Popular revelam um conjunto de testemunhos que sustentam a **versão da memória subterrânea** sobre o massacre, contestando a falta de reconhecimento e de registro por parte da história oficial de Brasília.

O desdobramento judicial dado ao episódio, segundo o juiz responsável Dr. Luis Batista Arantes foi o seguinte: “Foi feito um inquérito policial pela GEB (...) eu não sei como é que foi.Eu sei que este processo ...(tosse) existiu.E ele veio para uma das varas criminais daqui de Brasília, né?(...)Porque foi extinta a comarca de Planaltina, né?Então o acervo veio para cá (...)Era um inquérito que depois não houve responsabilidade, né?”(TEIXEIRA, 1996: 60).Em entrevista realizada por mim em 1978 com o coronel Osmar Dutra , responsável pela punição dos responsáveis pelo massacre, ele confirmou ter havido o arquivamento do inquérito , anos depois do triste episódio da morte dos operários da Pacheco Fernandes.

Em 2009, a comunidade da Vila Planalto fez uma celebração em homenagem aos operários mortos no acampamento da Pacheco Fernandes Dantas.Colocaram uma lápide no local do antigo acampamento onde ficou escrito para reavivar a memória dos moradores de Brasília: “Em memória dos candangos sacrificados na construção de Brasília – 50 anos do massacre da GEB”.Este ritual espontâneo dos moradores da vila, antigos operários da construção da nova capital é uma prova concreta da presença viva da memória subterrânea que permeia a história da cidade.

CONCLUSÕES PRELIMINARES

O ponto de partida deste trabalho foi uma reflexão sobre a memória coletiva (LE GOFF, 1990) articulada às relações de classe e ao poder.Neste campo, a luta pela dominação da tradição e da recordação, torna-se uma arena de embates entre memórias subterrâneas e memória oficial (POLLACK, 1989). A competição e conflito entre as duas define narrativas contraditórias que disputam o espaço público em busca de legitimidade.

Sendo a memória um fenômeno de reconstrução , pautado na interação entre o que foi vivido, aprendido e transmitido, há uma multiplicidade de memórias de grupos sociais que se estruturam em torno da identidade interna destes contraposta ao outro, no

¹⁷ Tribuna da Imprensa do Rio de Janeiro e O Binômio de Belo Horizonte.

caso o governo federal, responsável pela construção de Brasília. Neste sentido, este trabalho teve como propósito colocar em evidência os depoimentos de operários e profissionais que vivenciaram o massacre dos trabalhadores da construtora Pacheco Fernandes Dantas (memórias subterrâneas) contrapostos aos depoimentos dos representantes governamentais responsáveis pela construção de Brasília (história oficial).

Os depoimentos dos representantes do governo federal (Lúcio Costa e Oscar Niemeyer) somados ao registro feito em livro pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira configuram uma narrativa que oculta os fatos levantados a respeito do massacre dos operários na construtora Pacheco Fernandes Dantas no domingo de carnaval de 1959. Ainda que o presidente da Associação dos Trabalhadores da Construção Civil e do Mobiliário de Brasília tenha informado às autoridades competentes do país a respeito do episódio e solicitado providências em relação aos responsáveis, a Presidência da República negou ter recebido telegrama com este teor. O desfecho do episódio, com o arquivamento do processo contra os responsáveis pelos crimes, encerra este processo de ocultamento de um fato histórico testemunhado por diversos trabalhadores da construção civil e profissionais de outras áreas.

Este episódio sangrento pautado nos fragmentos de memórias reconstruídas por intermédio da história oral como um caleidoscópio de depoimentos , confirma a ocorrência do massacre, apesar deste ser ignorado ou minimizado pelos representantes governamentais. O imaginário social dos operários e profissionais somado ao imaginário artístico (filme documentário) configuram duas fontes fundamentais para garantir a presença de uma memória recuperada ao longo dos anos, que somada às publicações existentes sobre a construção de Brasília e às matérias publicadas nos jornais O Binômio (Belo Horizonte) e O Popular (Goiânia), permite contar uma outra história da vida operária no período da construção de Brasília, em especial, a confirmação dos crimes cometidos pela GEB no acampamento da construtora Pacheco Fernandes Dantas no domingo de carnaval de 1959.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS E ARTIGOS

- ALMINO, João. Cidade Livre. Rio de Janeiro/S. Paulo: Record, 2010.
- BENEVIDES, Maria Victória de M. *O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- CAMARGO, Aspásia. História oral e história. Conferência realizada no I Seminário Brasileiro de Arquivos Municipais, UFF, Rio de Janeiro, 1976.
- CAMARGO, Aspásia. Programa de história oral. Catálogo de depoimentos. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1981.
- CARVALHO, Wladimir. Conterrâneos velhos de guerra: opinião da crítica e roteiro. Brasília: GDF/Secretaria de Cultura e Esporte/ Fundação Cultural do DF, 1997.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. S. Paulo: Vértice / Tribunais, 1990.
- IANNI, Otávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- LE GOFF, Jaques. *Enciclopédia Eunaudi, vol. I – Memória-História*. Lisboa/Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

OLIVEIRA, Juscelino K. de. *50 anos em 5: meu caminho para Brasília*, vol. II. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1978.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Revista Estudos Históricos*, vol. 2, no. 3, Rio de Janeiro, 1989.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, vol. 5. Rio de Janeiro, 1992.

SILVA, Luis Martins da e MOURA, Dione O. A permanência da opacidade no acontecimento jornalístico: uma reflexão em torno de três casos. I Colóquio Internacional Mudanças Estruturais no Jornalismo, GT2 – Mediação, mediatização e prática jornalística. *Anais do I Colóquio Internacional Mudanças Estruturais no Jornalismo*, Brasília, Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2011.

SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de. *Construtores de Brasília*. Petrópolis: Vozes, 1983.

SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de. Uma elegia aos candangos: a outra face da história. In: CARVALHO, Wladimir. *Conterrâneos velhos de guerra: opinião da crítica e roteiro*. Brasília: GDF/Secretaria de Esporte e Cultura/Fundação Cultural, 1997.

SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de. *Trabalhadores pobres e cidadania: a experiência da exclusão e da rebeldia na construção civil*. Uberlândia: EDUFU, 2007.

TEIXEIRA, Hermes de Aquino. *No tempo da GEB (1956-1960)*. Brasília: Thesaurus, 1996.

JORNAIS

A NOTÍCIA. “*Crime em Brasília*”. Rio de Janeiro, 13/02/1959.

CORREIO DA MANHÃ. “*Trucidamento em Brasília*”. Rio de Janeiro, 13/02/1959.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. “*Grave incidente em Brasília*”. Recife, 13/02/1959.

JORNAL DO BRASIL. “*Foi ver que houve mesmo em Brasília*”. Rio de Janeiro, 14/02/1959.

JORNAL DO COMMERCIO. “*Tiroteio causa mortos e feridos na nova Capital*. Rio de Janeiro, 13/02/1959.

O BINÔMIO. “*Polícia de facínoras transformou Brasília em capital do cangaço*. Belo Horizonte, 16 /02/1959.

O ESTADO DE S. PAULO. “*Conflito em Brasília*”. S. Paulo, 14/02/1959.

O GLOBO. “*Presos vinte e seis policiais do destacamento de Brasília*”. Rio de Janeiro, 13/02/1959.

ÚLTIMA HORA. “*Carnaval em Brasília não deu para parar as obras*”. Rio de Janeiro, 12/02/1959.

DEPOIMENTOS

QUEIROZ, Eronildes Guerra de. Depoimento – Programa de História Oral. Brasília. Arquivo Público do Distrito Federal, 1991, 48 p.

FILME

CARVALHO, Wladimir. *Conterrâneos Velhos de Guerra*. Filme documentário, 1990.